PENSANDO A

Política sobre Drogas

Realidades invisíveis: política de drogas, megaprojetos e a sobrevivência de mulheres negras cis, trans e travestis na Amazônia paraense

Volume 08

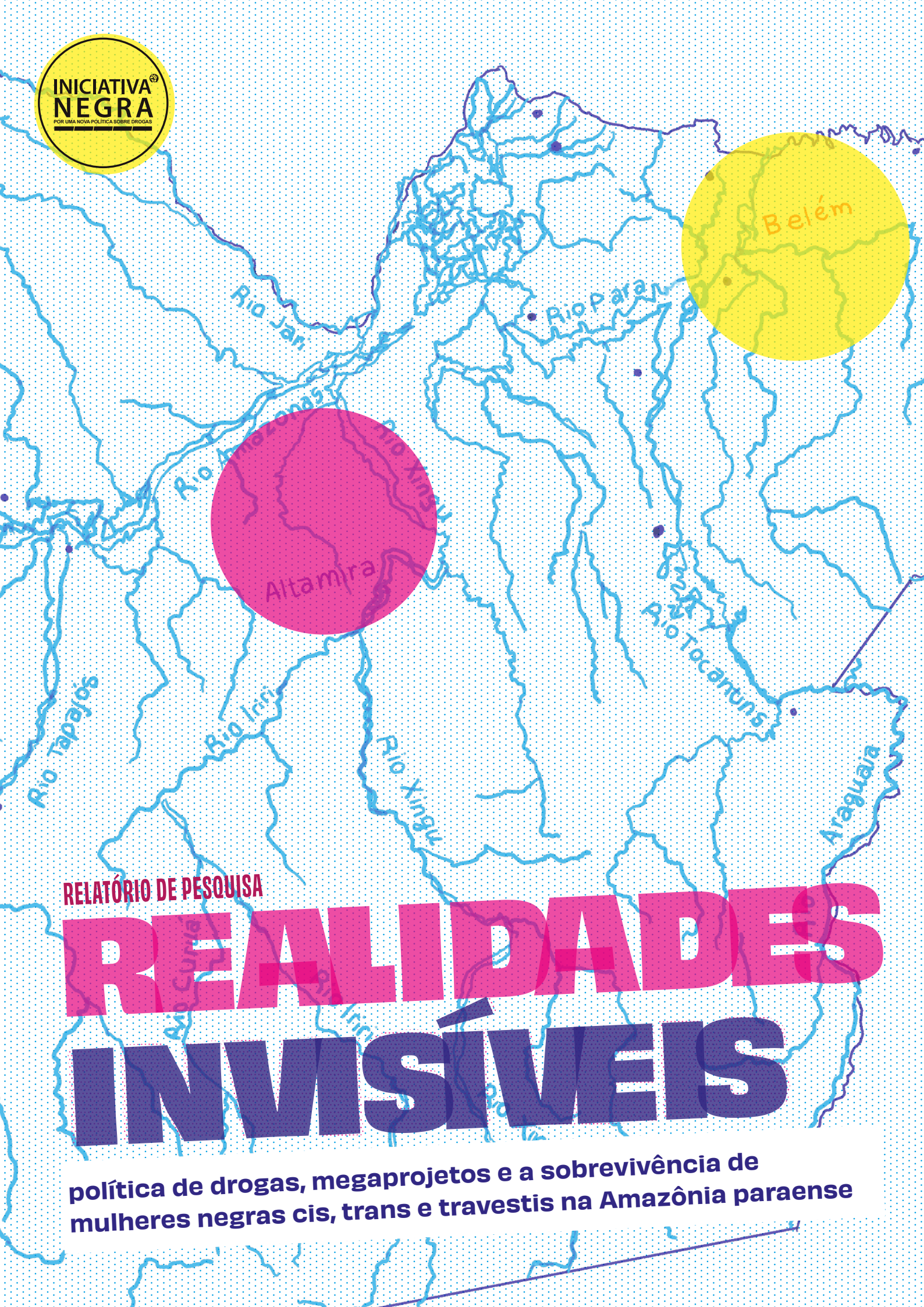
INICIATIVA NEGRA

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS E GESTÃO DE ATIVOS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

INICIATIVA NEGRA
POR UMA NOVA POLÍTICA SOBRE DROGAS



RELATÓRIO DE PESQUISA

REALIDADES INVISÍVEIS

política de drogas, megaprojetos e a sobrevivência de mulheres negras cis, trans e travestis na Amazônia paraense

Coordenadora de Projeto e Pesquisa
Dandara Rudsan

Pesquisadora Altamira
Larissa Neves

Mobilizadora Altamira
Thalia Braga

Ponto focal comunitário Altamira
Jardson Costa

Pesquisadora Belém
Cláudia Patrícia

Mobilizadora Belém
Juliana Damasceno

Ponto Focal Belém
Cláudia Mendes

Redação
Dandara Rudsan
Larissa Neves
Juliana Damasceno
Cláudia Patrícia
Thalia Braga

Revisão
Barbara Novaes Rocha
Letícia Vieira

Projeto gráfico e diagramação
Letícia Vieira

FICHA TÉCNICA INICIATIVA NEGRA 2024

Nathália Oliveira DIRETORA EXECUTIVA
Dudu Ribeiro DIRETOR EXECUTIVO
Ana Carolina Santos COORDENADORA DE PROGRAMAS

Assessora de programas/projetos
Renata Nascimento

Coordenadora administrativa financeira
Maria Aparecida Forli

Assistente administrativa financeira
Nathalia Matias

Coordenadora de articulação política
Juliana Borges

Articuladores políticos
Bruna Andrade dos Santos Silva
Dandara Rudsan
Marcos Paulo Silva de Jesus

Pesquisadoras
Ana Paula Rosário
Belle Damasceno
Larissa neves

Gestão de mídias sociais
Kyalene Mesquita

Realização

INICIATIVA NEGRA
POR UMA NOVA POLÍTICA SOBRE DROGAS

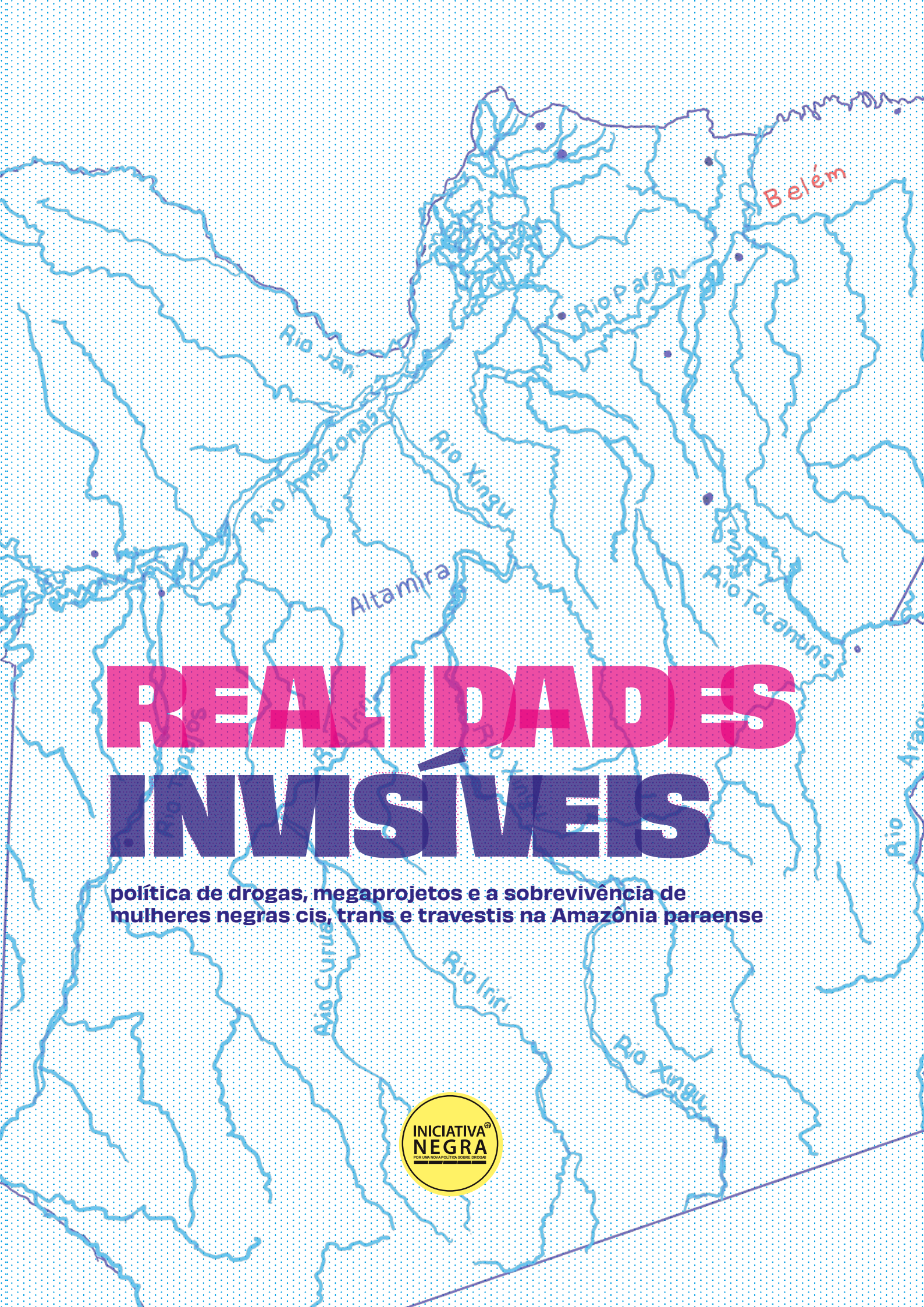
Apoio

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS E GESTÃO DE ATIVOS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PNUD



REALIDADES INVISÍVEIS

política de drogas, megaprojetos e a sobrevivência de mulheres negras cis, trans e travestis na Amazônia paraense

INICIATIVA NEGRA
POR UMA NOVA POLÍTICA SOBRE DROGAS

SUMÁRIO

1. Introdução 6

2. Metodologia 11
   2.1. Metologia geral 12
   2.2. Metodologia de tratamento de dados 12

3. Principais dados coletados e análises por eixo 15
   3.1. Políticas públicas de proteção social e de atendimento a mulheres em situação de violência 16
   3.2. Perfil socioeconômico das mulheres usuárias de drogas 18
   3.3. Acesso à rede de proteção social 20
      Efetividade e acessibilidade dos serviços 20
   3.4. Tipos de violência sofridas 22
      Agressão verbal 22
      Dano ao patrimônio 23
      Tentativa de feminicídio e agressão física 23
      Violência psicológica 23
      Violência sexual e estupro 23
      Supressão de documentos e ameaças 23

4. Impactos dos conflitos socioambientais na política de proteção e sua intersecção com a política de drogas 25
   Belo Monte: uma usina no caminho e nada mais foi o mesmo 26
   Reassentamento urbano coletivo: os tempos de colecionar desafios 30

5. Acesso à justiça e direitos humanos 36
5.1. Desafios na mobilização comunitária 38
Estigma e discriminação 38
Falta de recursos e apoio institucional 39
Violência e insegurança 39
Falta de sensibilidade e educação 39
Barreiras geográficas e logísticas 39

6. Gênero, raça e sexualidade 41
Gênero e violência 42
Raça e discriminação 42
Sexualidade e exclusão social 42
Interseccionalidade e acesso a serviços 42
Impaccto da pobreza 43

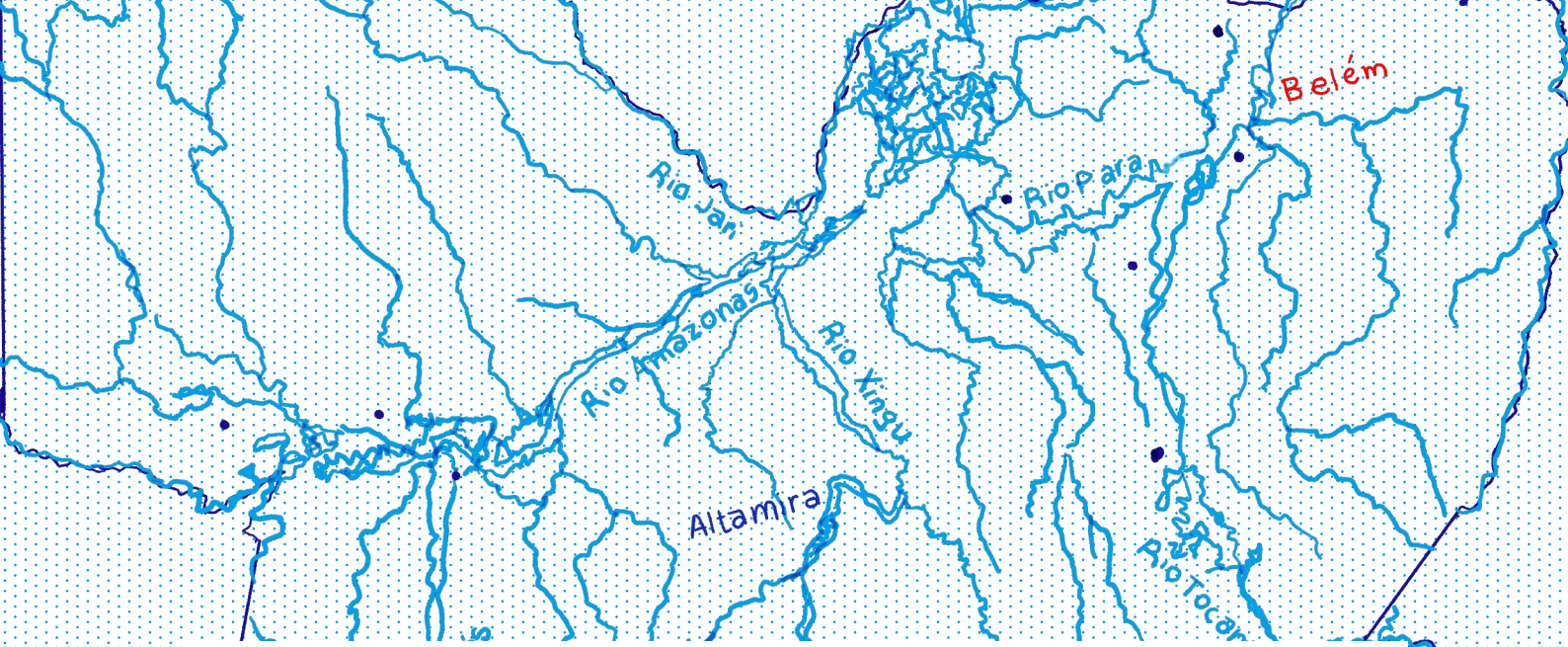
Recomendações para políticas públicas 44

Referências 48

Lista de gráficos

Gráfico I - Conhece alguma rede de proteção e acolhimento a mulheress vítimas de violência doméstica
Gráfico 2 - Conflito no seu bairro nos últimos 24 meses
Gráfico 3 - Tipos de violência
Gráfico 4 - Participa das atividades do CRAS e acessa de benefícios sociais por meio deste
Gráfico 5 - Discriminações e violências no bairro
Gráfico 6 - Zona de habitação
Gráfico 7 - Valor da renda mensal

1. INTRODUÇÃO



"[...] se não fosse a atuação dos movimentos sociais aqui na região da Transamazônica e do Xingu, se não fossem nossas lutas de resistência, muitas de nós já estariam mortas, ou presas e vulneráveis, invisíveis no meio da Amazônia. Esses projetos chegam, instalam as hidrelétricas, as mineradoras, o agro, e tudo muda. As condições de vida ficam precárias, desemprego, criminalidade, polícia matando como resposta e nós no meio do fogo cruzado, resistindo e defendendo nossos territórios. [...]". (M.B.S – Mulher cisgênera negra entrevistada em Altamira1 – Pará, Liderança Social).

"[...] Aqui na Capital não é diferente de outros lugares, quando falamos de violência. Alguns corpos são oprimidos de todos os lados, pelas facções, pelo Estado, pela Polícia...pessoas negras, principalmente jovens, travestis, são alvo constante de violências. Temos avançado em Políticas Públicas, todos os anos, mesmo assim ainda é pouco diante da demanda que existe por proteção, segurança e uma vida digna para todes". (T.G.M – Travesti negra entrevistada em Belém[2] – Pará, Liderança Social).

[1] "Em 2022, a população era de 126.279 habitantes e a densidade demográfica era de 0,79 habitantes por quilômetro quadrado. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 10 e 139 de 144. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 241 e 5522 de 5570. Até 2009 foi o maior município do mundo em extensão territorial, sendo maior que dez estados brasileiros, além do Distrito Federal e vários países como Portugal, Islândia, Irlanda, Suíça, entre outros. Fica a uma altitude de 109 metros, latitude 03°12'12" sul e longitude 52°12'23" oeste. A Rodovia Transamazônica atravessa o município no sentido Leste-Oeste numa extensão de 60 km, ligando Altamira a Belém (800 km), Marabá (510 km), Itaituba (500 km) e Santarém (570 km). Característica notória do município é sua hidrografia: Altamira está cravada às margens do rio Xingu, com sua série de afluentes e cachoeiras que se distribuem por toda a região". **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Cidades 2022**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/altamira/panorama>.

[2] "Em 2022, a população era de 1.303.403 habitantes e a densidade demográfica era de 1.230,25 habitantes por quilômetro quadrado. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 1 e 2 de 144. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 12 e 88 de 5570. Em 2010, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 96,1%. Na comparação com outros municípios do estado, ficava na posição 53 de 144. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava na posição 4499 de 5570. Em relação ao IDEB, no ano de 2021, o IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 5 e para os anos finais, de 4,3. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 18 e 42 de 144. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 3649 e 3810 de 5570". **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/belem/panorama>.

Estes trechos trazidos revelam o panorama geral dos cenários onde o presente projeto de pesquisa fora desenvolvido: nas cidades de Belém e Altamira, buscando principalmente conhecer, levantar dados, registrar e ampliar a visibilidade dos contextos de luta e resistência de mulheres negras cis, trans e travestis, usuárias de drogas e/ou que sobrevivem em territórios vulnerabilizados pela guerra às drogas na Amazônia Paraense, mas especificamente nas cidades de Altamira e Belém.

Belém e Altamira apresentam características distintas em termos de urbanização e população. Belém, como capital do Pará, é uma cidade de grande dimensão urbana e possui uma infraestrutura mais desenvolvida, com uma população, em 2022, de 1.303.403 habitantes e a densidade demográfica de 1.230,25 habitantes por quilômetro quadrado. É um centro metropolitano que abriga diversas instituições de ensino, comércio e serviços. Por outro lado, Altamira, apesar de ser um município de relevância na região, ainda possui características mais típicas de uma cidade de porte menor e rural, incluindo uma dinâmica social e econômica menos urbanizada. A população de Altamira, em 2022, era de 126.279 habitantes e a densidade demográfica era de 0,79 habitantes por quilômetro quadrado, refletindo um estilo de vida que pode variar entre o urbano e o rural, dependendo das áreas da cidade. Essa diferença entre as duas cidades se torna ainda mais evidente quando se discute os impactos de grandes projetos, como a Usina de Belo Monte, que afetam de maneira distinta as comunidades urbanas e as mais rurais. (IBGE, 2022, p.1)[3].

As cidades de Altamira e Belém do Pará foram escolhidas como territórios centrais para esta pesquisa, pois apresentam características relevantes, mesmo que de maneira não comparativa, cuja a investigação podem contribuir para o debate acerca dos efeitos da atual política de drogas, do racismo e da violência sobre as vidas e territórios onde sobrevivem mulheres cis, trans e travestis, sendo uma destas características, os índices e tipos de violência.

Em uma recente classificação dos 10 municípios mais violentos do Brasil, Altamira ocupou a 6ª posição, destacando-se de maneira negativa. Quando a análise se estende aos 20 municípios, Altamira é o único município com mais de 100 mil habitantes a aparecer entre aqueles que exibem elevados índices de violência. Os dados são do Atlas da Violência, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). As informações têm como base os registros de 2022,

[3] IBGE Cidades. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil. Acesso em: 21/08/2024.

focando nas taxas de homicídios, com dados fornecidos pelos estados e pelo Distrito Federal. De acordo com o levantamento do Atlas da Violência, Altamira apresentou 88 homicídios e 2 homicídios ocultos em 2022, resultando em um total estimado de 90 homicídios e uma taxa de 73,1 homicídios por 100 mil habitantes. Em 2023, Altamira registrou 60 crimes violentos, de acordo com dados do Portal da Transparência da Segurança Pública, e em 2024, até o momento, contaram-se 10 vítimas de mortes violentas. (PINTO, 2024, p.1)[4].

Outro aspecto notável referente à violência no Pará, são os índices de violência sexual ao longo da série histórica de 2011 a 2022, no que tange à distribuição das notificações entre os municípios. Belém se destacou com os maiores números, registrando 1.131 casos em 2011 e aumentando para 1.550 em 2022, o que representa uma variação de 37% ao longo de 11 anos. Esse município é responsável por 56,7% da participação total das notificações no estado. (FAPESPA, 2023, p.26)[5].

Outros fatores que afetam a vida destas mulheres cis, trans e travestis na região são os projetos de infraestrutura, como a construção da hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira, que trouxe sérios problemas sociais, como a migração em massa para a região e a realocação forçada de comunidades para reassentamentos inadequados, aumentando a segregação e a pobreza. Esses reassentamentos, chamados deReassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs), formam hoje conglomerados mal planejados, resultando em condições de vida precárias e falta de serviços básicos, que servem de palco para intervenções policiais e atuação sistêmica do crime organizado.

Em Belém, os desafios são similares, com áreas urbanas enfrentando problemas de saneamento e infraestrutura deficiente, agravando a condição das populações postas em vulnerabilidade. Nas periferias, o contexto de violência é intensificado por fatores como racismo estrutural e uma política de drogas punitiva e ineficaz, onde comunidades marginalizadas, predominantemente formadas pela população negra, enfrentam um cotidiano de opressão e criminalização exacerbado pelas ações policiais. A guerra às drogas, com seu enfoque repressivo, tem contribuído para a estigmatização e perseguição dos moradores destas áreas, muitas vezes tratando

[4] PINTO, Karina. Altamira é o único município do Pará entre os 20 mais violentos do país. Portal Confirma Notícia - Altamira PA. 2024. Disponível em: https://www.confirmanoticia.com.br/noticia/28247/altamira-e-o-unico-municipio-do-para-entre-os-20-mais-violentos-do-pais. Acesso em: 21/08/2024.

[5] Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará - (FAPESPA). Boletim de Assistência Social no Pará / Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural. – Belém, 2023. Disponível em: https://www.fapespa.pa.gov.br/sites/default/files/BOLETIM%20DE%20SEGURAN%C3%87A%202023.pdf. Acesso em: 21/08/2024.

usuários de drogas como criminosos de alta periculosidade, demonstrando assim, como o racismo se manifesta, principalmente, na seletividade racial das abordagens e prisões, perpetuando um ciclo de violência que impacta desproporcionalmente essas populações.

Em Altamira, a associação entre pobreza, projetos de infraestrutura e tráfico de drogas é evidente. A criminalização dos usuários e ações policiais, principalmente em reassentamentos urbanos, intensifica a violência e contribui para a marginalização de comunidades inteiras, inflando a superlotação carcerária e a violência policial contínua, que somado a falta de programas eficazes de redução de danos e acolhimento de mulheres usuárias de drogas e/ou que sobrevivem nestes territórios, agrava ainda mais a situação.

O Estado do Pará, de maneira geral, enfrenta uma grave crise de violência contra mulheres, com índices alarmantes de feminicídios e outras formas de agressão, principalmente, quando se trata de corpas negras, cis, trans e travestis, refletindo uma cultura de violência profundamente enraizada e a insuficiência de políticas públicas eficazes para a proteção das mulheres. Em locais como Belém e Altamira, a falta de suporte institucional, serviços de acolhimento e medidas preventivas agrava a vulnerabilidade das mulheres, especialmente das negras, indígenas, lésbicas e travestis. Além disso, a precariedade do sistema de justiça e a falta de sensibilização sobre questões de gênero contribuem para a perpetuação de ciclos de violências, destacando a necessidade de ações integradas, com ampla participação da sociedade civil, para promoção da segurança e dos direitos das mulheres em todo o estado.

De maneira ampla, Belém e Altamira são cidades que, diante das suas especificidades, como explicitado acima, compõem um arcabouço mais amplo para compreendermos as diversidades territoriais, ambientais, sociais e de desenvolvimento nas cidades amazônicas. Dessa maneira, buscamos apresentar uma análise de complementaridade e composição panorâmica, mais do que comparativa.

2. METODOLOGIA

2.1 Metodologia Geral

Entre os dias 01/03 e 13/03/2024, a equipe designada do projeto se dedicou a elaboração e validação de instrumentos de pesquisa, onde, por meio das bases e fundamentos da pesquisa exploratória descritiva e quanti-qualitativa em ciências sociais, elegemos a análise por meio das ferramentas bibliográficas e documentais para realização do mapeamento e diagnóstico da rede de proteção social para mulheres cis, trans e travestis existente no estado do Pará, com ênfase nas cidades de Altamira e Belém.

Para verificação dos perfis socioeconômicos destas mulheres, usuárias de drogas ou não, que acessam (ou não) a rede de proteção social e de atendimento a mulheres em situação de violência, nos territórios afetados pelo combate ao tráfico de drogas e conflitos socioambientais, assim como os tipos de violências que às afetam, utilizamos a aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas, assim como robusto levantamento de informações em bancos de dados públicos e privados, acerca da efetividade, acesso e eficiência dos serviços da Rede de proteção[6].

A realização das atividades locais foi inteiramente facilitada por mobilizadoras das comunidades e pontos focais, previamente mapeadas e que fazem parte da Rede de atuação da Iniciativa Negra no Estado do Pará. Todas as etapas do projeto, inclusive as pesquisas, foram acompanhadas por Assistente Social, Advogada, Bióloga, Cientista Social e Educadoras populares.

2.2. Metodologia de tratamento de dados

Após a coleta de dados por meio de questionários semiestruturados, a equipe dedicou-se a uma metodologia cuidadosa para o tratamento e interpretação destas informações. Primeiramente, os dados foram compilados e organizados de forma sistemática para facilitar a análise. Em seguida, foram realizadas técnicas de codificação e categorização para identificar padrões e tendências nos perfis socioeconômicos das mulheres cis, trans e travestis entrevistadas, bem como nos tipos de violências que enfrentam e seu acesso aos serviços da rede de proteção social e de atendimento a mulheres em situação de violência.

[6] Utilizamos os seguintes bancos de dados públicos para a fase de levantamento de serviços: Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União <https://portaldatransparencia.gov.br/>; Portal da Transparência do Governo do Estado do Pará <https://www.sistemas.pa.gov.br/portaltransparencia/>; Cadastro Único Prefeitura Municipal de Belém <https://funpapa.belem.pa.gov.br/institucional/cadastro-unico/>; Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-cras-centro-de-referencia-da-assistencia-social>; Central do CadÚnico (Cadastro Nacional dos Programas Sociais do Governo Federal) <https://prefeitura.belem.pa.gov.br/servicos/central-do-cadunico-cadastro-nacional-dos-programas-sociais-do-governo-federal/>; Consulta dados do Cadastro Único (CadÚnico) <https://www.gov.br/pt-br/servicos/consultar-dados-do-cadastro-unico-cadunico>.

Para garantir a validade e a confiabilidade dos resultados, foram utilizadas ferramentas quantitativas e qualitativas em conjunto, sendo a pesquisa descritiva, os estudos de caso e a análise de conteúdos, às principais abordagens, amparadas por entrevistas, observações de campo, análise documental, questionários, e análise estatística. As respostas dos questionários foram quantificadas para fornecer uma visão geral dos principais aspectos levantados, enquanto as entrevistas semi estruturadas permitiram uma compreensão mais aprofundada das experiências e percepções das participantes. Além disso, foram empregadas técnicas de análise qualitativa, como a análise de conteúdo, para identificar temas recorrentes e emergentes nos relatos das entrevistas. Isso permitiu uma compreensão mais holística e contextualizada das realidades vivenciadas pelas mulheres em questão.

A metodologia de catalogação de políticas públicas de proteção social e de atendimento a mulheres em situação de violência, consistiu em um processo detalhado de identificação, documentação e organização das políticas existentes em uma determinada região, onde primeiramente, é realizada uma pesquisa ampla para levantar todas as políticas públicas relacionadas à proteção social, utilizando fontes como sites governamentais, documentos oficiais, relatórios e registros de organizações da sociedade civil.

Em seguida, as políticas foram catalogadas em uma lista, que inclui informações como o nome da política, seus objetivos principais, o endereço da instituição responsável pela implementação e um número de telefone de contato. Estes detalhes são essenciais para fornecer uma visão abrangente das iniciativas disponíveis e facilitar o acesso das pessoas em busca de assistência e suporte. Para garantir a precisão e atualização das informações, é importante realizar verificações regulares e atualizações na lista, incorporando novas políticas que surgirem e removendo aquelas que forem descontinuadas ou modificadas. Além disso, a lista pode ser organizada por categorias ou áreas temáticas para facilitar a busca e a compreensão das diferentes políticas disponíveis. Esta metodologia de catalogação é fundamental para promover a transparência, a acessibilidade e a eficácia das políticas públicas de proteção, permitindo que as pessoas conheçam seus direitos e saibam onde buscar apoio em situações de vulnerabilidade ou emergência.

Por fim, os dados foram interpretados à luz dos objetivos da pesquisa e dos fundamentos teóricos das ciências sociais, como a Teoria da Justiça Social de Amartya Sen[7] e fundamentos da Sociologia Urbana de Manuel Castells[8], visando extrair insights significativos que contribuam para o mapeamento e

diagnóstico da rede de proteção social no estado do Pará, com foco nas cidades de Altamira e Belém. Estas informações serão essenciais para orientar a formulação de políticas e estratégias mais eficazes no enfrentamento das violências e na promoção do bem-estar dessas mulheres.

[7] SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

[8] CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

3. PRINCIPAIS DADOS
coletados e análises por eixo

3.1 Políticas públicas de proteção social e de atendimento a mulheres em situação de violência

Análise geral das políticas públicas existentes voltadas para a proteção de mulheres cis, trans e travestis no estado do Pará, com destaque para Altamira e Belém.

A proteção de mulheres cis, trans e travestis no estado do Pará é uma questão de destaque, dada a persistente violência de gênero e discriminação que afetam estas populações. Durante a pesquisa, foi possível identificar conjuntos de medidas e programas governamentais destinados a garantir o bem-estar, a segurança econômica e a qualidade de vida da população, especialmente, das mulheres que estão em situação de vulnerabilidade.

Em uma breve análise da formulação e implementação, observa-se que no estado do Pará, as políticas públicas formuladas para garantir a proteção das mulheres iniciam-se em 2003, quando o governo do Estado assina o **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Antes desse período, as políticas públicas não demarcavam especificamente o gênero, tratando questões de violência e discriminação de maneira mais geral e menos focalizada.

Quanto aos serviços existentes para atender a população de mulheres usuárias de drogas e/ou que sobrevivem em territórios postos em vulnerabilidade, foi possível enumerar por áreas, as quais foram exploradas nos questionários aplicados às 60 mulheres residentes em Altamira e Belém, tais quais Centros de Referência e Assistência Social, Centros de Atenção Psicossocial, delegacias especializadas e programas governamentais, como o Parapaz Mulher. No total, foram mapeados 32 serviços nestes dois municípios, sendo 9 serviços disponíveis em Altamira e 25 na região metropolitana de Belém, divididos conforme ilustrados na tabela abaixo:

Serviços	Altamira	Belém
Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)	3	5
Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	3	12
Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	1	4
CASA RUA	0	1
Casa da Mulher Brasileira	0	1
Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM)	1	1
Núcleo Integrado Parapaz Mulher	1	1
Total	**9**	**25**

Com base nesses dados, é evidente a grande disparidade na oferta de serviços entre Altamira e Belém, o que destaca a urgência de se promover uma distribuição mais equitativa de investimentos para a criação de serviços que atendam efetivamente às necessidades das mulheres em ambas as áreas. A escassez de serviços essenciais em Altamira faz com que as mulheres enfrentem dificuldades significativas, uma vez que a maioria das opções disponíveis se concentra em atender apenas aquelas em situações de vulnerabilidade econômica ou que são vítimas de violência doméstica. Isso resulta em uma lacuna considerável na assistência a mulheres que enfrentam problemas relacionados ao uso ou a política de drogas repressiva e punitivista. Portanto, é fundamental ampliar e distribuir de forma mais equitativa os serviços essenciais, garantindo que todas as mulheres tenham acesso ao suporte necessário e possam usufruir de um atendimento adequado às suas diversas realidades.

Isso pode ser ilustrado quando visto que 56,7% das mulheres cis, trans e travesits entrevistadas fazem uso de drogas (lícitas e ilícitas) e, em sua grande maioria, são expostas a uma série de violências. São mulheres pobres e negras base do mercado formal de trabalho ou em trabalhos informais, com menores salários, que não têm escolaridade, e que são chefes de família, sendo responsáveis pela criação de 1 ou mais de 5 filhos e que, a partir de condições de vida precárias, se aproximam do comercio ilegal. A partir deste cenário, foi possível identificar a violência de gênero como elemento constante. A agressão verbal, o dano ao patrimônio, a violência sexual, o estupro, a tentativa de feminicídio e a agressão física foram as violências mais citadas, e que tem produzido uma série de traumas e sofrimento.

Por fim, é importante frisar, que embora Belém seja a capital do estado, Altamira se estabeleceu como um importante pólo regional de desenvolvimento, não apenas para o Pará e a região amazônica, mas para o Brasil como um todo. Nesse contexto, a implementação de megaprojetos deve considerar o crescimento acelerado de Altamira, uma vez que iniciativas dessa magnitude inevitavelmente atraem um fluxo migratório significativo para a área. Esse fenômeno deve ser antecipado pelo poder público, que precisa estar preparado para atender às demandas contratuais associadas às empresas responsáveis pelos projetos. É crucial que, como previsto em documentos anteriores que não se concretizaram, a cidade esteja pronta para lidar com o aumento das exigências públicas, especialmente quando novas populações, sem vínculos emocionais ou históricos com a região, chegam. Essa falta de conexão pode gerar impactos negativos, como o aumento da violência e a dificuldade em estabelecer redes informais de monitoramento comunitário. Assim, o poder público precisa intensificar suas ações para mediar esses conflitos, evitando que se transformem em explosões de criminalidade e violência.

Existe uma clara negligência não apenas na criação de infraestrutura e no fortalecimento das forças de segurança, mas também em áreas fundamentais como transporte, saneamento, apoio ao comércio local, serviços de saúde e iluminação — esta última especialmente importante para a prevenção de crimes como a violência sexual. Portanto, enquanto a rede de serviços em Belém já é insuficiente, a situação em Altamira se mostra ainda mais crítica, considerando que esses desafios eram previsíveis e que o poder público, apesar de ter transferido parte de suas responsabilidades para a empresa exploradora, falhou em sua fiscalização e regulação.

3.2 Perfil socioeconômico das mulheres usuárias de drogas

Levantamento e análise das características socioeconômicas das mulheres cis, trans e travestis que fazem uso de drogas e/ou sobrevivem nos territórios afetados pelo combate ao tráfico.

O perfil socioeconômico das mulheres entrevistadas em Belém e Altamira revela uma série de fatores que influenciam suas condições de vida e acesso a serviços básicos. A maioria das entrevistadas em Belém (63%) e Altamira (46%) possui renda mensal entre 1 e 3 salários mínimos. No entanto, há uma presença significativa de mulheres com renda inferior a um salário mínimo, representando 33% em Belém e 36% em Altamira. Além disso, 13% das mulheres em Altamira não possuem nenhuma renda, comparado a 3,33% em Belém.

Em termos de escolaridade, uma pequena percentagem das entrevistadas está atualmente matriculada em instituições educacionais, com apenas 4% em Belém e 23% em Altamira. Essa baixa taxa de escolarização pode refletir desafios no acesso à educação e na continuidade dos estudos. Quanto aos serviços de saúde, uma parcela considerável das mulheres faz uso regular de medicação (63% em Belém e 56% em Altamira), com a maioria adquirindo esses medicamentos por meio do sistema público de saúde.

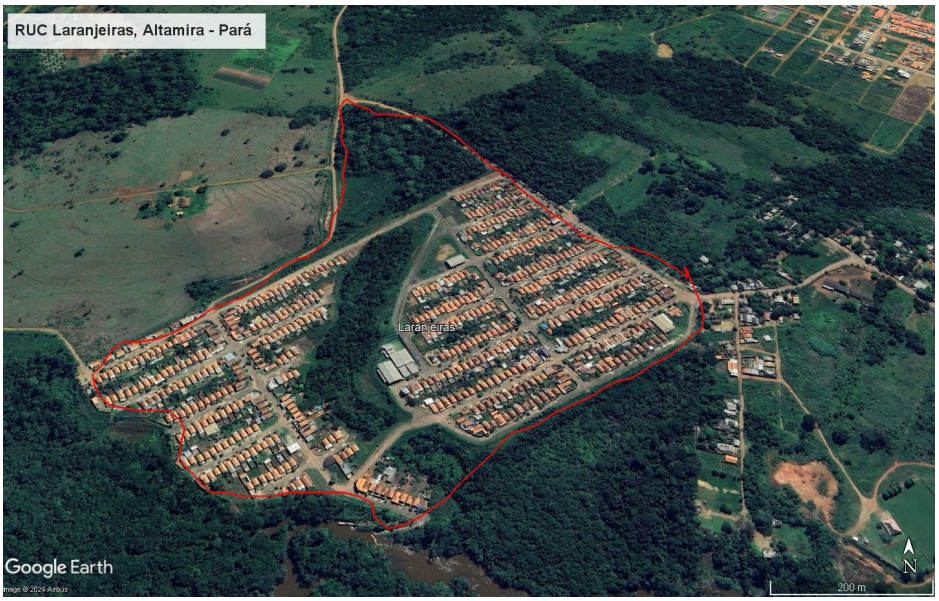
> **"[...] todo remédio que eu preciso, ou minha família, a gente vai no postinho[9]. E quando não é lá, é na farmácia popular. Às vezes, tem, às vezes, não. E quando não dá, a gente espera. Por que sabe, né?! Médico particular é caro e não temos condições de arcar". (O.R.S – Entrevistada de Altamira).**

Os contextos habitacionais também diferem entre as duas localidades. Em Belém, 43% das entrevistadas vivem em áreas sujeitas a alagamentos e

[9] UBS – Unidade Básica de Saúde.

enchentes recorrentes, enquanto em Altamira, essa condição afeta 6,66% das mulheres. Assentamentos precários são uma realidade para 26% das entrevistadas em Belém e 53% em Altamira, indicando a vulnerabilidade habitacional das entrevistadas.

> **"[...] e depois de Belo Monte foi que ficou muito pior. Nossa casa antiga era grande, o quintalzão com minhas plantas e as criaçõezinhas, né?! Aqui, além de ser muito quente, essas casas de concreto não dá de pregar um prego na parede senão cai, plantar é difícil porque aqui é só piçarra e nem tem água que dê pra isso. Gosto dos meus vizinhos, mas se eu pudesse escolher, não morava aqui, não, morava era na minha casa antiga." (M.I.L.S – Entrevistada de Altamira – Relato sobre morar no RUC Laranjeiras[10]).**



RUC Laranejeiras, Altamira Pará. Fonte: Google Earth

[10] O RUC Laranjeiras [...] começou a receber moradores a partir do ano de 2015, vindos, em sua maioria, do Bairro Jardim Independente II, área diretamente afetada pela inundação da barragem, conforme a cota estabelecida no Estudo de Impactos Ambientais (EIA) de Belo Monte. Neste RUC, os reassentados encontraram uma realidade bastante distinta da vivenciada nos seus antigos espaços de residência, uma vez que enfrentam dificuldades relativas a direitos sociais básicos, que incluem o transporte público, a própria moradia e ao lazer. MENDES, F. J. C.; MIRANDA NETO, J. Q.; SOUZA, C. A. M. Lazer em reassentamentos urbanos coletivos: Práticas no RUC laranjeiras em Altamira-PA. Formação (Online), v. 28, n. 53, p. 783-808,2021.

A violência é uma constante na vida destas mulheres, durante as entrevistas, as mulheres abordaram diferentes tipos de violações sofridas. Em Altamira, 57% das mulheres relataram agressão verbal, 43% dano ao patrimônio, e 33% violência sexual ou estupro. Em Belém, esses números são um pouco menores, mas ainda preocupantes, com 20% relatando agressão psicológica e 20% tentativa de feminicídio ou agressão física.

Esses dados refletem a complexidade e a interseccionalidade dos desafios enfrentados pelas mulheres nas duas localidades, evidenciando a necessidade de políticas públicas integradas que abordem não apenas questões econômicas, mas também de segurança, saúde, habitação e educação para melhorar suas condições de vida.

3.3. Acesso à Rede de Proteção Social

Avaliação geral da efetividade e acessibilidade dos serviços oferecidos pela rede de proteção social, incluindo CRAS, CAPS, CRAM, entre outros, para as mulheres em situação de vulnerabilidade.

A análise dos dados coletados sobre o acesso à rede de proteção social em Belém e Altamira revelam informações importantes sobre a efetividade e acessibilidade dos serviços oferecidos, incluindo Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), entre outros.

Efetividade e acessibilidade dos Serviços

Os serviços oferecidos pelo CRAS, CAPS e CRAM são fundamentais para apoiar mulheres em situação de vulnerabilidade. Em Belém e Altamira, esses serviços desempenham um papel crucial no fornecimento de apoio psicológico, social e jurídico. No entanto, a efetividade desses serviços pode ser comprometida por diversos fatores, incluindo a falta de recursos, a capacitação inadequada dos profissionais e a sobrecarga dos serviços devido à alta demanda. Em termos de acessibilidade, os dados indicam que a presença de instituições como CRAS e CAPS varia significativamente entre os territórios.

> **“[...] o que eu acho mais ruim nisso é a falta de informação pra gente, sabe?! É difícil marcar uma consulta, uma ida, porque não tem número de telefone fácil, não tem quem dê uma direção direito quando a gente precisa, ai a gente já desiste por ai.” (D.S.N – Entrevistada de Belém relatando as dificuldades de acesso no Bairro da Terra Firme[11]).**

[11] Terra Firme é um dos mais populosos bairros da cidade de Belém, no estado do Pará. O local é conhecido pela



Terra Firme, Belém - PA. Fonte: Google Earth

No que tange o sistema educacional, em Belém, a maioria das mulheres entrevistadas relatou a existência de escolas públicas de ensino infantil e fundamental em seus bairros, o que reflete uma boa acessibilidade a serviços básicos de educação. No entanto, a disponibilidade de creches públicas é menor, o que pode dificultar o acesso ao trabalho e à educação para mães de crianças pequenas.

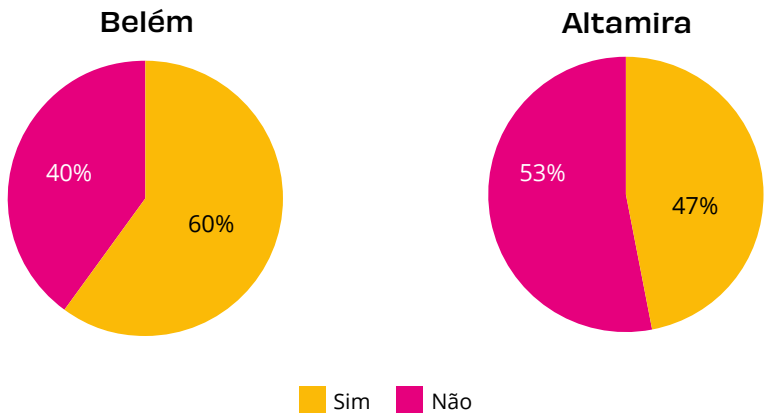
Em Altamira, a acessibilidade aos serviços de proteção social é ainda mais limitada. Embora haja uma presença considerável de escolas públicas, a disponibilidade de serviços especializados, como CAPS, é insuficiente, afetando negativamente o acesso ao suporte necessário para mulheres que enfrentam questões de saúde mental e outras vulnerabilidades.

> **[...] eu vim ouvir falar nesse CAPS um dia desses. Minha filha me levou, demorou umas três vezes pra conseguir se atendida. Não posso negar que fui bem atendida no dia, mas demorou pra conseguir, viu. Um dia não tinha médico, no outro era porque tinha gente demais e ficou um monte pro outro dia. E assim foi até conseguir. Hoje, vou lá uma vez no mês. Acho pouco, mas é o que tem, né?!" [...] (D.S.S – Entrevistada de Altamira).**

violência urbana e pela carência de serviços públicos. Sua localização geográfica privilegiada, no entanto, atrai várias instituições de ensino e pesquisa. Desde 2013, o bairro é objeto de estudo em uma pesquisa na área da Museologia e, atualmente, de Produção Multimídia e Tecnologia da Informação. MORAIS, Vanessa Malheiro de. AS FRONTEIRAS CULTURAIS: UMA EXPERIÊNCIA DE CARTOGRAFIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL LOCAL, NO BAIRRO DA TERRA FIRME - BELÉM/PA. Disponível em: https://iberculturaviva.org/wp-content/uploads/2016/06/LibroDigital_Interactivo-153-173.pdf.

Os principais desafios identificados incluem a insuficiente cobertura de serviços especializados em áreas periféricas e rurais, a necessidade de maior capacitação dos profissionais que atuam nesses serviços e a necessidade de campanhas de conscientização para aumentar o conhecimento sobre os direitos e serviços disponíveis. Pois, enquanto os serviços de proteção social em Belém e Altamira desempenham um papel central na assistência às mulheres, há uma necessidade urgente de melhorias para garantir a efetividade e acessibilidade plena desses serviços, como é o caso do acesso a espaços públicos de proteção e acolhimento à vítimas de violência doméstica.

Gráfico I - Conhece alguma rede de proteção e acolhimento a mulheres vítimas de violência doméstica



Elaborado pela Iniciativa Negra (2024).

A implementação das recomendações pode contribuir significativamente para a criação de um ambiente mais seguro e acolhedor para todas as mulheres, especialmente aquelas em situações de risco e vulnerabilidade.

3.4. Tipos de violências sofridas

Identificação e categorização geral dos tipos de violências enfrentadas pelas mulheres cis, trans e travestis, considerando os contextos de tráfico de drogas em cruzamento direto com os conflitos socioambientais.

Os dados colhidos revelam a multiplicidade e a prevalência dos tipos de violência enfrentados pelas mulheres entrevistadas nas cidades de Belém e Altamira. A análise mostra que a violência é uma constante na vida destas mulheres, com variações nos tipos de violação sofrida entre as duas cidades.

Agressão verbal

A agressão verbal é a forma de violência mais reportada em ambas as cidades. Em Belém, 4% das mulheres relataram ter sofrido agressão verbal,

enquanto em Altamira esse número foi significativamente maior, com 57% dos relatos. A alta incidência de agressão verbal indica um ambiente de constante desrespeito e abuso verbal, que pode ter graves consequências psicológicas para as vítimas.

> **"[...] Olha vou te falar, nós que somos mulheres, se não falarmos alto onde a gente vai lutar, os homens passam por cima de nós. Eu te falo porque sou liderança [...] e o tempo todo tô naquela câmara municipal, o que eu já fui xingada ali, se não fosse eu saber falar e alto, tinham me jogado na rua. [...]" (F.S.O – Entrevistada de Altamira, Liderança social).**

Dano ao patrimônio

Os casos de dano ao patrimônio também são prevalentes, especialmente em Altamira, onde 43% das mulheres relataram esse tipo de violência, em comparação com apenas 7% em Belém. Esta modalidade de violação envolve a destruição ou danificação de bens pessoais, que pode ser uma forma de controle e intimidação por parte dos agressores.

Tentativa de feminicídio e agressão física

A tentativa de feminicídio e agressão física foi relatada por 20% das mulheres em Belém e por 24% das entrevistadas em Altamira. Esses números são alarmantes, pois indicam que as mulheres estão em risco de sofrerem violência extrema que pode levar à morte.

Violência psicológica

A violência psicológica, que inclui abuso emocional e manipulação, foi reportada por 20% das mulheres em Belém e 17% em Altamira. Este tipo de violência, embora menos visível, pode ter efeitos devastadores na saúde mental e bem-estar das vítimas.

Violência sexual e estupro

A violência sexual e estupro foram reportados por 4% das mulheres em Belém e 33% em Altamira. A diferença acentuada entre as duas cidades sugere a necessidade de investigações e intervenções específicas em Altamira para combater essa forma grave de violência.

Supressão de documentos e ameaças

Casos de supressão de documentos foram relatados por 3% das mulheres em Altamira, enquanto nenhuma mulher em Belém relatou esse tipo de violência. A supressão de documentos pode ser uma forma de controle extremo, impedindo que as vítimas possam acessar serviços básicos ou fugir de situações de abuso.

Os dados mostram que as mulheres em Belém e Altamira enfrentam uma gama variada de tipos de violência, com algumas formas sendo mais prevalentes em uma cidade do que na outra. As diferenças nas modalidades de violação reportadas entre Belém e Altamira sugerem a necessidade de abordagens específicas e localizadas para enfrentar e prevenir a violência contra as mulheres. É essencial que políticas públicas e serviços de apoio sejam reforçados para fornecer proteção e assistência adequadas às vítimas.



4. IMPACTOS DOS CONFLITOS SOCIO-AMBIENTAIS

na política de proteção e sua intersecção com a política de drogas

Descrição geral sobre os impactos dos conflitos socioambientais na vida e na segurança das mulheres em Altamira e Belém, especialmente relacionados à presença de megaprojetos e disputas territoriais.

Belo Monte: uma usina no caminho e nada mais foi o mesmo

A Amazônia, pelos mitos que a envolve, por sua extensão geográfica, história, povos e seres que a habitam, sobrevive, desde a chegada dos europeus, com um paradigma da influência do processo de colonização, e isso diz respeito, tanto sobre o modo de existir do ambiente e de seus seres. Primeiro pelo eurocentrismo e a legitimação cristã e, atualmente, pela globalização que possibilita a influência estrangeira, que se legitima pelo discurso do desenvolvimento.

Neste cenário é fundamental considerar os impactos do projeto econômico desenvolvimentista implementado durante a ditadura militar brasileira, que, embora tenha sido frequentemente apresentado como um "milagre econômico", na realidade, resultou em um endividamento profundo do país e promoveu uma malha de transporte terrestre que privilegiou o modal rodoviário em detrimento das ferrovias. Essa escolha estratégica afetou severamente a região amazônica e suas comunidades. A visão protecionista e primitivista adotada para lidar com as comunidades indígenas e tradicionais não apenas desrespeitou seus direitos e modos de vida, mas também gerou desarticulação social e econômica.

As consequências desse modelo desenvolvimentista continuam a se manifestar, com a necessidade urgente de romper com práticas que subjugam o bem-estar das populações locais em favor de interesses externos. É imperativo, portanto, trabalhar em direção a um modelo que promova o "bem-viver" e a vida em comum, que não busca paralisar a Amazônia no tempo, mas sim garantir a preservação e o respeito pelo território, promovendo projetos locais que assegurem a dignidade e os direitos das comunidades. Essa transição é vital para desenvolver uma relação mais harmoniosa e sustentável com a rica diversidade da região amazônica, respeitando seus habitantes e preservando seu ambiente para as gerações futuras.

Exemplo disso foi a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. As águas que impulsionaram esse processo de exploração são as do rio Xingu, o qual se torna foco quando o assunto é a instalação da Usina de Belo Monte. Isso porque, tanto o empreendimento se fez baseado na força de suas águas, como a maior parte das pessoas afetadas pela Usina foram as que detinham todo seu modo de vida baseado no contato com o rio e a vida pelos seus entornos.

> [...] um projeto do tempo da Ditadura Militar, que data dos anos 70. Originalmente, o plano previa a construção de cinco usinas na região. Desde então, indígenas, ribeirinhos, ambientalistas e re-

> presentantes da Igreja, que vivem no local, vêm lutando contra o projeto de Belo Monte. Em 1989, os índios realizaram o "Primeiro Encontro das Nações Indígenas do Xingu", que alcançou repercussão nacional e internacional. Essa mobilização contou com o apoio do cantor Sting, que se uniu ao líder indígena Raoni na luta contra Belo Monte. Pouco depois desse encontro, o Banco Mundial negou suporte financeiro ao projeto, fazendo com que fosse arquivado. Porém, o empreendimento não foi abandonado, e, 30 anos depois, a intenção de realizá-lo volta com toda a força. O estímulo maior para que as obras, finalmente, saiam do papel, parte do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que incluiu a usina dentre os projetos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Para acalmar a resistência popular a Belo Monte, o governo reduziu a proposta para a construção de uma única usina, ao invés de cinco. Porém, estudiosos afirmam que a construção de uma usina é apenas uma etapa, e o projeto será financeiramente deficitário caso se limite a uma única barragem. Aprovada e iniciada a primeira, o projeto das outras quatro viria necessariamente. (CIMI, 2010, p.1)[12].

Sendo o contingente que compõe os seres afetados pela instalação da Usina, são os povos indígenas, comunidades negras e comunidades tradicionais que, historicamente, mantêm relação com esse eixo desenvolvimentista da Amazônia marcado por processos de expropriação territorial, restrição do acesso aos recursos naturais, violências e coerção, entre outros desdobramentos.

Na área conhecida como Volta Grande do Xingu também foi descoberto ouro. Para a extração do minério, a empresa Canadense Belo Sun Mining, que tem os direitos de exploração da área, sustentou a necessidade de uma grande quantidade de energia para viabilizar a mineração. Consequência disso é a lucratividade dessa riqueza mineral brasileira com destino estrangeiro.

[12] CIMI - Conselho Indigenista Missionário. Belo Monte goela abaixo: da Ditadura aos dias de hoje. Artigo Eletrônico. Disponível em: https://cimi.org.br/2010/05/30210/. Acesso em: 21/08/2024.

[...] Pra mim, vai ser que nem foi Belo Monte. Vão vir, vai aumentar a violência, vão acabar com o que ainda tem de Rio e de Floresta, e depois vão embora deixando o prejuízo pra nós, que ficamos e sempre vivemos aqui. Isso não pode acontecer, eu mesmo não acredito que com tudo que a gente já viu de ruim acontecer com essa hidrelétrica aí, vão deixar essa mineradora vir assim fácil, não é possível." (L.S.L – Entrevistada de Altamira).

Em 2010, o Ibama concedeu a licença prévia de Belo Monte, em troca de um pacote de medidas de mitigação e compensação, conhecidas como condicionantes socioambientais de viabilidade da usina. Segundo o Dossiê Belo Monte, publicado pelo Instituto Socioambiental (2015):

> Dentre as medidas compensatórias previstas, estavam as "ações antecipatórias" de saúde, educação e saneamento básico, que, segundo o discurso oficial, deveriam preparar a região para receber a obra, prevenindo e minimizando os principais impactos sobre esses serviços públicos, decorrentes principalmente do aumento populacional. Estimava-se que, aproximadamente, 74 mil pessoas seriam atraídas pela obra, em apenas cinco anos, o que deveria praticamente dobrar a população da região, que contabilizava cerca de 99 mil habitantes, conforme o Censo 2010. Segundo a prefeitura de Altamira, as estimativas apontaram que a população local cresceu na ordem de cerca de 50 mil pessoas entre 2010 e 2012.

A expansão corresponde ao período de início das obras, fazendo explodir a demanda por moradia, segurança, educação, saúde, alimentação e demais serviços públicos. Um empreendimento de proporções gigantescas como esse atraiu gente de todos os cantos.

"A violência com certeza aumentou depois de Belo Monte. No começo, se vocês vissem, era muita gente, muito ônibus indo e vindo, uma loucura. Muito macho trabalhador de barragem e virou um inferno na terra. E a maioria os homens se matando e matando as mulher". (L.S.O – Entrevistada de Altamira).

O aumento populacional e suas inevitáveis consequências são desdobramentos bastante experimentados nos grandes empreendimentos, e em uma região ainda tão carente de oportunidades como Altamira, contribui decisivamente para uma mudança social do lugar. Dessa forma, a vulnera-

bilidade social desta população, além de ser apresentada como efeito do racismo ambiental[13], também pode ser interpretada como um resultado do conjunto de ações e omissões do Estado que se denomina de "necropolítica[14]". Dito isso, foi utilizada as duas concepções, que podem e devem ser analisadas em conjunto, para que seja compreendido o contexto social e político da região.

Os impactos socioambientais causados pela construção e funcionamento de Belo Monte geraram impactos negativos perenes na vida da população, em especial as comunidades que foram deslocadas forçadamente para os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCS), criados pelo consórcio Norte Energia para que as pessoas pudessem ser realocadas. Todavia, esses loteamentos foram inseridos nas zonas periféricas da cidade, sem planejamento e infraestrutura adequada, fatores, que como mostram a pesquisa, agravam ocenário de violência contra mulheres cis, trans e travestis, deixando evidente como as dinâmicas ambientais e sociais provocadas pela construção de Belo Monte influenciam diretamente na preservação e qualidade de vida destas mulheres. Sobre essa questão, é importante lembrar que o Mapa da Violência de 2016 apontou a cidade como a mais violenta do país, ratificando que as mudanças ambientais e sociais implementadas em nome do desenvolvimento não foram, em uma visão final, positivas. A Usina não apenas redimensionou a natureza da região, abalando o modo de vida e comprometendo fauna e flora, como levou a intensificação de problemas sociais.

[13] "Desde que o meio ambiente e Greta Thunberg ganharam notoriedade nas manchetes, muitas pessoas estão usando a pauta racial para desvalidar a pauta ambiental, por isso nesse texto vou tratar sobre racismo ambiental, e mostrar como as coisas se relacionam. Afinal, mesmo que há anos ativistas negros venham mostrando como as pautas de gênero, classe e raça afetam toda a estrutura em que estamos inseridos, ainda é complexo entender como isso se dá associado ao meio ambiente. Então, o que é racismo ambiental? É um termo cunhado por uma pessoa negra, para que ninguém tenha dúvidas da importância de sua origem na luta racial, no caso pelo Dr. Benjamin Franklin Chavis Jr. Ele, que é um líder negro pelos direitos civis, chegando em sua juventude a ser assistente de Martin Luther King Jr., no ano de 1981 cunhou o termo a partir de suas investigações e pesquisas entre a relação de resíduos tóxicos e a população negra norte-americana. Segundo sua própria fala,"racismo ambiental é a discriminação racial no direcionamento deliberado de comunidades étnicas e minoritárias para exposição a locais e instalações de resíduos tóxicos e perigosos, juntamente com a exclusão sistemática de minorias na formulação, aplicação e remediação de políticas ambientais." (RIBEIRO, Stephanie. Racismo ambiental: o que é importante saber sobre o assunto. Artigo Eletrônico. Disponível em: https://www.geledes.org.br/racismo-ambiental-o-que-e-importante-saber-sobre-o-assunto/?amp=1&gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwtsy1BhD7ARIsAHOi4xZwEZf0sdgGm8vzOzj2RUIcIvZw_4wFqVuPOhFpQwgBreqnfSdF6pwaAqYUEALw_wcB). Acesso em 07/08/2024.

[14] "A origem da termo parte da obra do filósofo, teórico político, historiador e intelectual camaronês Achille Mbembe. Mbembe nasceu na República dos Camarões, país da região ocidental da África Central, no ano de 1957 (63 anos). Atualmente é professor de História e de Ciências Políticas do Instituto Witwatersrand, em Joanesburgo, África do Sul e na Duke University, nos Estados Unidos. Ele é reconhecido como estudioso da escravidão, da descolonização, da negritude e, também, como um grande leitor do também filósofo Michael Foucault, em quem se baseou para propor o livro "Necropolítica", de 2011. [...] Para ele, necropolítica é o poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Com base no biopoder e em suas tecnologias de controlar populações, o "deixar morrer" se torna aceitável. Mas não aceitável a todos os corpos. O corpo "matável" é aquele que está em risco de morte a todo instante devido ao parâmetro definidor primordial da raça. Mbembe explica que, com esse termo, sua proposta era demonstrar as várias formas pelos quais, no mundo contemporâneo, existem estruturas com o objetivo de provocar a destruição de alguns grupos. Essas estruturas são formas contemporâneas de vidas sujeitas ao poder da morte e seus respectivos "mundos de morte" – formas de existência social nas quais vastas populações são submetidas às condições de vida que os conferem um status de "mortos-vivos". (IGNÁCIO, Julia. Necropolítica: explicamos o conceito de Achille Mbembe! Artigo eletrônico - Revista Politize, 2020. Disponível em: https://www.politize.com.br/necropolitica-o-que-e/). Acesso em 07/08/2024.



Altamira - PA. Fonte: Google Earth

Reassentamento urbano coletivo: os tempos de colecionar desafios

Altamira é considerada uma cidade polo da região e foi a cidade que recebeu a maior parte dos impactos causados pela construção da usina hidrelétrica, principalmente, com a instalação de empresas terceirizadas que prestam serviços ao empreendimento, bem como o grande fluxo migratório de pessoas que se deslocaram para trabalhar na obra. Outro fator importante foi que os estudos realizados para a implementação do empreendimento apontavam que 25% da sua malha urbana da cidade seria alagada, bairros que ficavam próximos aos igarapés que cortam a cidade. Desse modo, cinco áreas foram pré-selecionadas pela Norte Energia para a implantação desses reassentamentos.

A partir de 2013, começou-se a produção de 4.139 lotes residenciais para compor as áreas de reassentamento da população urbana atingida, distribuídos em cinco loteamentos situados no perímetro urbano, sendo eles: Jatobá (1.178 lotes), Laranjeiras (599 lotes), São Joaquim (1.105 lotes), Casa Nova (452 lotes) e Água Azul (805 lotes). Ainda com previsão de mais um loteamento destinado aos pescadores, aos indígenas citadinos e aos reassentados da orla da cidade (Loteamento do Pedral). (NORTE ENERGIA, 2011)

Estas eram áreas distantes do centro da cidade e que, no Plano Diretor de Altamira, de 2003 (ALTAMIRA, 2003), eram consideradas áreas periurbanas, sendo utilizadas como fazendas e áreas de preservação ambiental, nas quais havia o predomínio de florestas e pastagens para criação de gado. Uma das principais características dessas localidades é a relativa distância

em relação ao comércio central da cidade, causando assim o isolamento das famílias que habitam os RUCs, pois a cidade de Altamira não conta com um sistema de transporte público adequado e de qualidade, com ônibus suficientes para atender toda a população. Segundo as interlocutoras entrevistadas, as periferias da cidade começaram a surgir com os conjuntos de casas constituídos nos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs), o que torna possível ter dimensão da consciência do lugar em que antes moravam e a violação da dignidade promovida pela Norte Energia ao negar aos ribeirinhos a escolha e o controle sobre o próprio ambiente.

> "Daqui não saio daqui ninguém me tira, onde é que vou morar/ [reassentamentos de] Laranjeira ou Jatobá? Saúde e Educação ainda não têm pra lá/ Coletivo muito caro não tenho como pagar/ as casas já estão rachando, logo, logo cairão/ e o Bilhão dessa barragem na cueca do ladrão".[15]

Esta foi uma paródia utilizada por mais de 40 mulheres, no ano de 2015, em protesto às suas retiradas dos bairros que foram alagados pela Norte Energia ou que estavam em áreas que foram destinadas às elites depois da barragem pronta. Esta paródia, que já tem quase 10 anos de existência, ainda pode ilustrar a realidade atual das RUCs em Altamira.

No que diz respeito à segurança pública, o estado do Pará e a Norte Energia firmaram um termo de cooperação técnico-financeira, em maio de 2011, determinando que a empresa concessionária viabilizasse a implementação de ações de fortalecimento dos órgãos de combate ao crime e prevenção da violência. Previa-se que, de 2011 a 2015, fossem repassados ao estado mais de R$115 milhões, destinados a compras de equipamentos e reforma de prédios. Um terço deste recurso (R$39 milhões) seria usado, apenas, para a compra de um helicóptero para o poder público.

> **"[...] Olha, morar aqui até que não é tão ruim, se não fosse a falta de água que é demais e também acho, aqui pra mim, que a polícia vem muito aqui pra bater nos meninos. Muitas vezes nem tem nada a ver com droga, mas eles vêm muito. A gente não vê isso no centro, mais nos RUCs". (F.S.O – Entrevistada de Altamira).**

Até 2014, mais de 70% do valor já havia sido aportado ao Plano de Segurança Pública no Entorno de Belo Monte. Entretanto, Altamira registrou indicadores

[15] Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/540675-mulheres-de-altamira-saem-as-ruas-contra-violencia-de-belo-monte>

de violência elevados. A Norte Energia afirma que o Projeto Básico Ambiental de Belo Monte não previa investimentos para a segurança pública na área de influência da usina. Também aponta que os recursos serviram para compra com helicóptero, implantação de um sistema de videomonitoramento e reforma das sedes das polícias Civil e Militar e do prédio do Instituto Médico Legal. Segundo o dossiê Belo Monte (2015), os casos de homicídios, acidentes de trânsito, violência contra mulheres e adolescentes, furtos e roubos praticamente duplicaram desde o início da construção da usina. Entre 2011 e 2014, o número de assassinatos por ano em Altamira saltou de 48 para 86 casos, um aumento de quase 80%.

Compreender o efeito colonial ainda vigente sobre estas mulheres, agora sob o signo de desenvolvimento, é uma tentativa de contribuir para novas possibilidades de implementação de políticas públicas. Tendo em conta que a subalternidade, portanto, é característica socialmente atribuída a mulheres, na região de Altamira, a violência que aumentou com a instalação da Usina de Belo Monte repercute de forma ainda mais grave na vida dessas mulheres. Tornaram-se mais vulneráveis em razão do novo ambiente e modo de vida aos quais tiveram que se adaptar por causa do deslocamento, visto que inúmeras famílias foram obrigadas a deixar suas casas em razão dos alagamentos e desvios ocorridos no rio e entornos.

No contexto até aqui narrado de violações, medo e morte que envolveu as mulheres cis, trans e travestis, falar nas capacidades de "Saúde", certamente, não se dá em perspectiva positiva. É possível ouvir narrativas de que muitas mulheres foram vítimas de violência a partir de relações que foram construídas com homens que chegaram na cidade por meio da relação de empregabilidade com a Norte Energia, bem como, a realidade de mulheres que foram acompanhar seus parceiros no deslocamento para o novo local de trabalho e sofreram os demais tipos de violência.

> **"[...] Veio muito mais homem do que mulher pra cá, sabia?! Nós víamos muitos ônibus lotados de homens que vieram de fora pra trabalhar na barragem e teve muita história que já ouvi. De homem que casou e depois matou a mulher, que era daqui e o homem de fora. Já ouvi de homem que casou aqui e já tinha família em outro lugar e depois foi embora, largando a mulher e os filho. Minha cumadre mesmo, esse mais novo é filho de barrajeiro[16]". (L.M.S – Entrevistada de Altamira).**

[6] Barrajeiro – Homem que trabalha viajando construindo barragens.

A construção de Belo Monte acentuou a falta de liberdade das mulheres para dedicarem seu tempo a si mesmas. Se diante de uma cultura machista e naturalizada, criar os filhos já era considerada uma tarefa feminina mesmo com os pais presentes, em Altamira, a situação ainda se tornou mais específica pelos homens que vieram trabalhar nas barragens, engravidaram inúmeras mulheres e depois, com o fim das obras, as deixaram sem qualquer auxílio. Seus bebês ficaram conhecidos como filhos da barragem.

A violência acirrada pela chegada da Usina também não permite que as pessoas possam executar qualquer plano sem antes pensar que a falta de segurança é um fator limitante. Uma das interlocutoras entrevistadas conta que a ida para os RUCs bagunçou toda a sua família, pois os vínculos foram quebrados, já que não puderam escolher para qual lugar iriam, então, geograficamente ficaram distantes e isso teve efeito imediato na sua saúde mental, pois ela gostaria de continuar morando no lugar em que foi criada e construiu laços.

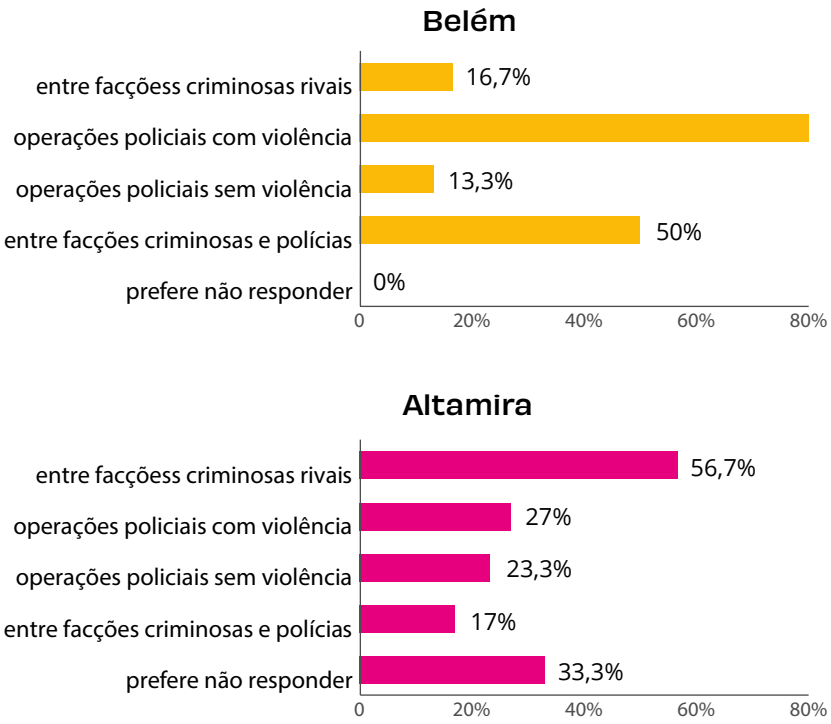
> **“[...] eu sempre fui contra aceitar essa micharia que foi essa indenização e vim pra esse RUC, meu marido que queria. Se arrependeu, hoje vive doente e triste, mas eu avisei. Por mim, não tinha dinheiro no mundo que fizesse eu entregar e sair da minha terrinha, lá do meu bairro, viu. Tanto esforço pra conseguir aquela casa, criei meus filhos e vou envelhecer nesse lugar aqui. Tem afilhado meu que já deve tá homem e eu não vejo desde o tempo da mudança. Só serviu pra deixar a gente doente e longe do sossego.”[...] (J.R.S – Entrevistada de Altamira).**

A fala da interlocutora conduz à reflexão sobre como o território está atrelado à construção dos afetos. Vê-se que as consequências foram severas em termos individuais e coletivos, privando as pessoas de sua própria identificação, uma vez que aquele território, que era permeado de afetos, e que foi destituída toda uma geração seguinte de se desenvolver sob a influência de seus territórios.

No Pará, existe uma rede de proteção a mulheres em situação de violência que ainda se encontra em estágio lento de construção e execução. A Secretaria de Estado das Mulheres do Pará (SEMU), foi criada em 8 de março de 2023, tendo executado ações em apenas 39 municípios dos 144 existentes no estado. As ações promovidas para tentar reduzir os casos, como o programa Pró-Mulher e as Delegacias da Mulher (DEAM), ainda não são suficientes. Apesar de registrar mais de 2 mil atendimentos realizados a

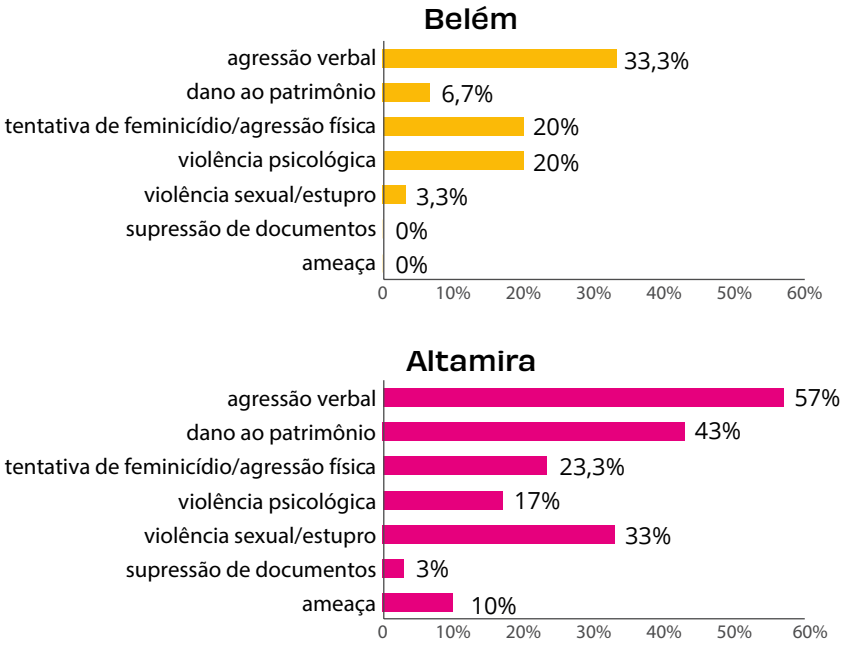
mulheres, apenas dez municípios dos 144 que compõem o estado foram contemplados. De acordo com o relatório Elas Vivem, da Rede de Observatórios de Segurança, no ano de 2023, o Pará registrou 224 eventos de violência contra mulheres, sendo 43 feminicídios. De acordo com os dados analisados, na cidade de Altamira, 53% das mulheres não conhecem algum equipamento da rede de proteção e acolhimento a mulheres vítimas de violência. Desta forma, 77% não fez uso dos serviços, sendo que 57% já foi vítima de algum tipo de violência.

Gráfico 2 - Conflito no seu bairro nos últimos 24 meses



Elaborado pela Iniciativa Negra (2024).

Gráfico 3 - Tipos de violência sofrida



Elaborado pela Iniciativa Negra (2024).

As desigualdades sociais são fatores importantes para esses dados: por si só constituem uma rede que atinge diretamente mulheres cis, trans e travestis que residem nos RUCs. Há necessidade de mais investimentos por parte do Estado no combate ao feminicídio e na qualificação dos agentes de segurança pública que cotidianamente lidam com tais casos. Somado a falta de preparo dos agentes públicos, é também mais um reflexo que inviabiliza a segurança pública em Altamira.

A condição de cidade mais violenta do Brasil, no ano de 2017, e a oitava mais violenta, no ano de 2023, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, pode ajudar a ilustrar que as violações atingem diretamente os sentidos mais básicos da vida, logo a subjetividade, as emoções, o bem viver e a forma dessas mulheres. Na medida em que o racismo é uma máquina de moer o que há de mais subjetivo, logo foi possível perceber a potencialidade política daquelas narrativas. Em conjunto, elas falaram sobre como a prática comunitária existe entre elas, sendo a tecnologia encontrada para enfrentarem os desafios postos pela falta de acesso a direitos básicos em seus territórios.



5. ACESSO À JUSTIÇA e aos direitos humanos

Análise do acesso das mulheres cis, trans e travestis à justiça e aos direitos humanos, incluindo o papel das instituições governamentais e organizações da sociedade civil na promoção da justiça e da igualdade.

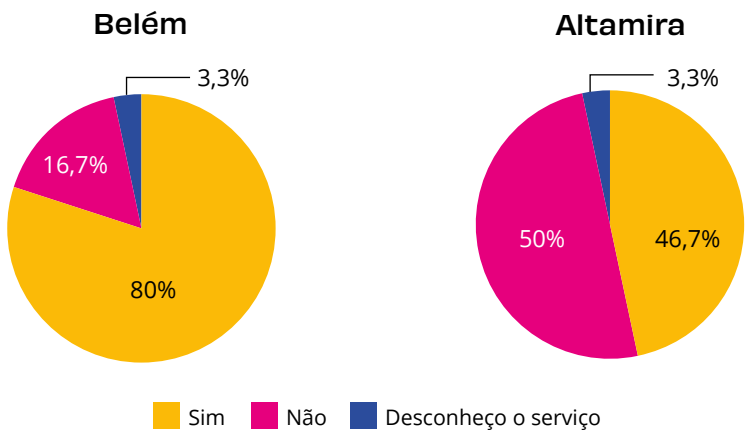
O acesso à justiça e aos direitos humanos para mulheres cis, trans e travestis nas cidades de Belém e Altamira enfrenta uma série de desafios, conforme identificado no levantamento de dados. A análise nos mostra uma situação preocupante, com muitas destas mulheres enfrentando barreiras significativas para acessar os serviços de justiça e proteção.

Primeiramente, é importante destacar que a vulnerabilidade destas mulheres é acentuada por fatores como discriminação de gênero e identidade de gênero, bem como pela violência física e psicológica. Em Belém, a infraestrutura para atender a estas mulheres é insuficiente, com relatos de falta de sensibilidade e treinamento adequado entre os profissionais de justiça e segurança pública para lidar com casos que envolvem mulheres trans e travestis.

Em Altamira, a situação é ainda mais crítica devido à menor disponibilidade de serviços especializados e à distância dos grandes centros urbanos, o que dificulta o acesso a suporte jurídico e a medidas de proteção. As mulheres cis, trans e travestis relatam sentir medo de denunciar abusos e violências devido à falta de garantias de segurança e à possibilidade de represálias.

Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS), que deveriam oferecer suporte integral, enfrentam limitações em termos de recursos e capacitação específica para atender às necessidades destas populações. A rede de proteção social ainda não está completamente equipada para oferecer o suporte necessário a mulheres em situações de vulnerabilidade extrema, resultando em uma cobertura insuficiente e ineficaz.

Gráfico 4 - Participa das atividades do CRAS e acessa de benefícios sociais por meio deste



Elaborado pela Iniciativa Negra (2024).

As organizações da sociedade civil desempenham um papel crucial na promoção dos direitos destas mulheres, proporcionando reforços no apoio jurídico, psicológico e social das comunidades. No entanto, essas organizações também enfrentam desafios significativos, incluindo financiamento limitado e dificuldades para estabelecer colaborações efetivas com as instituições governamentais.

5.I Desafios na mobilização comunitária

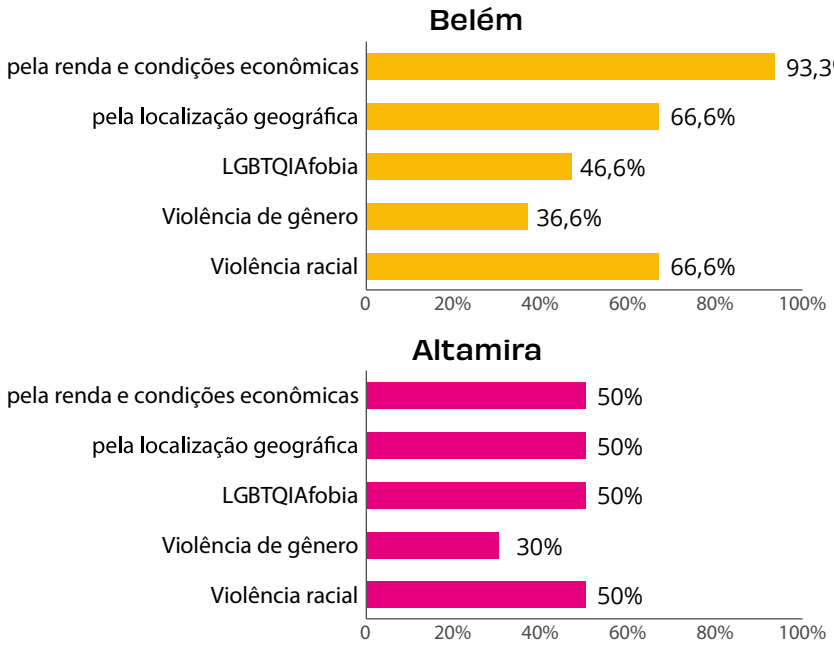
Identificação dos principais desafios enfrentados pelas lideranças comunitárias e mobilizadoras na promoção da proteção e segurança das mulheres em situação de vulnerabilidade.

A mobilização comunitária desempenha um papel basilar na promoção da proteção e segurança das mulheres cis, trans e travestis em Altamira e Belém. No entanto, essa mobilização enfrenta uma série de desafios históricos que dificultam a efetividade das ações e iniciativas comunitárias.

Estigma e discriminação

Um dos principais desafios enfrentados é o estigma e a discriminação, onde mulheres cis, trans e travestis, principalmente àquelas usuárias de drogas e/ou que sobrevivem em territórios afetados diretamente pela guerra às drogas, frequentemente sofrem discriminação com base na sua identidade de gênero e orientação sexual, tanto em espaços públicos quanto privados. Essa discriminação pode se manifestar de várias formas, incluindo violência verbal, física e psicológica, além da exclusão social e econômica.

Gráfico 5 - Discriminações e violências vividas no bairro



Elaborado pela Iniciativa Negra (2024).

Em Belém, por exemplo, 47% das mulheres entrevistadas relataram sofrer discriminação por LGBTIfobia, enquanto em Altamira esse número sobe para 50%.

Falta de recursos e apoio institucional

Outro desafio significativo é a falta de recursos e apoio institucional, pois muitas organizações comunitárias operam com recursos limitados e enfrentam dificuldades para obter financiamento adequado para suas atividades. Além disso, a falta de apoio institucional das autoridades locais pode dificultar a implementação de projetos e iniciativas voltadas para a proteção das mulheres cis, trans e travestis.

Violência e insegurança

A violência e a insegurança são fatores críticos que impactam negativamente a mobilização comunitária. As lideranças comunitárias e ativistas frequentemente enfrentam ameaças e agressões, o que pode desencorajar a participação ativa e contínua na mobilização. Em Altamira, por exemplo, 66% das mulheres entrevistadas relataram discriminação e violência pela renda e condições econômicas, e 50% mencionaram violência de gênero e racial.

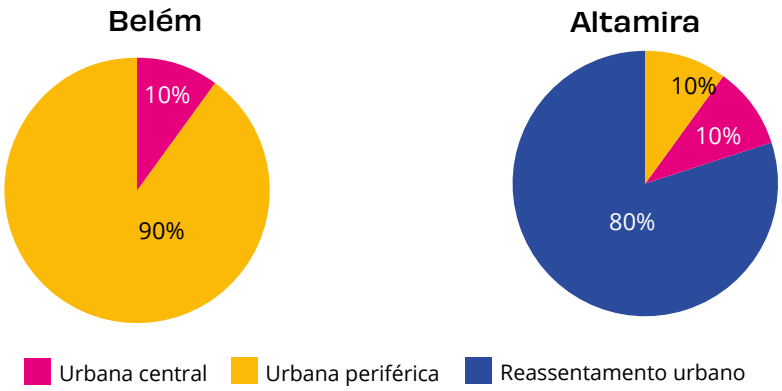
Falta de sensibilidade e educação

A falta de sensibilidade e educação sobre os direitos das mulheres e questões de gênero também representa um desafio relevante. Sem um entendimento claro dos seus direitos e das proteções legais disponíveis, muitas mulheres podem não se sentir encorajadas ou capacitadas para participar de ações comunitárias, sendo assim, iniciativas de educação e sensibilização contínuas são essenciais para construir uma base sólida para a mobilização comunitária.

Barreiras geográficas e logísticas

Em cidades como Altamira e Belém, barreiras geográficas e logísticas podem dificultar a mobilização comunitária, onde a infraestrutura inadequada e a dificuldade de acesso a certas áreas podem limitar a capacidade das organizações de alcançar e engajar todas as mulheres necessitadas de apoio. A pesquisa indica que a maioria das mulheres em Altamira vive em reassentamentos urbanos (80%), o que pode complicar a mobilização devido às dificuldades logísticas associadas.

Gráfico 6 - Zona de habitação



Elaborado pela Iniciativa Negra (2024).

A mobilização comunitária é fundamental para a promoção da proteção e segurança das mulheres cis, trans e travestis em Altamira e Belém. No entanto, para que essas iniciativas sejam eficazes, é urgente a abordagem coletiva e intersetorial dos desafios mencionados, promovendo a sensibilização para a causa destas mulheres, aumentando o apoio institucional e financeiro, e combatendo ativamente o estigma e a discriminação. A criação de um ambiente seguro e acolhedor também é importante para fortalecer a mobilização comunitária e garantir que todas as mulheres possam exercer plenamente seus direitos e viver sem medo de violência e discriminação.



6. GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE

Exploração das interseccionalidades de gênero, raça e sexualidade no contexto das violências enfrentadas pelas mulheres cis, trans e travestis, destacando as especificidades das experiências de mulheres negras, indígenas, quilombolas e ribeirinhas.

No que tange a análise cruzada de aspectos de gênero, raça e sexualidade, revelaram uma complexa interseção de questões que afetam profundamente as mulheres cis, trans e travestis, demonstrando principalmente como essas identidades interseccionais influenciam as experiências de discriminação, violência e acesso a serviços essenciais.

Gênero e violência

A pesquisa indica que as mulheres, independentemente de sua identidade de gênero, enfrentam altos níveis de violência. Em Belém, 60% das mulheres entrevistadas relataram ter sofrido algum tipo de violência de gênero, enquanto em Altamira esse número foi de 55%. No entanto, quando se analisa a violência sofrida por mulheres trans e travestis, esses números são ainda mais alarmantes. Em Belém, 70% das mulheres trans e travestis relataram experiências de violência física, enquanto em Altamira, 75% indicaram violência verbal e psicológica contínua.

Raça e discriminação

A questão racial também emerge como um fator crítico na análise dos dados. As mulheres negras e indígenas enfrentam uma dupla discriminação que se soma à discriminação de gênero. Em Belém, 65% das mulheres negras relataram ter sofrido discriminação racial, enquanto em Altamira, esse número é de 60%. A discriminação racial afeta não apenas a vida cotidiana destas mulheres, mas também seu acesso a serviços essenciais, como saúde e educação.

Sexualidade e exclusão social

A orientação sexual adiciona outra camada de vulnerabilidade. Mulheres lésbicas, bissexuais e trans enfrentam exclusão social significativa, além da violência de gênero e racial. Em Belém, 50% das mulheres LGBTI+ entrevistadas relataram sofrer discriminação com base na sua orientação sexual e, em Altamira, esse número foi de 55%. A exclusão social frequentemente resulta em dificuldades econômicas e falta de acesso a redes de apoio.

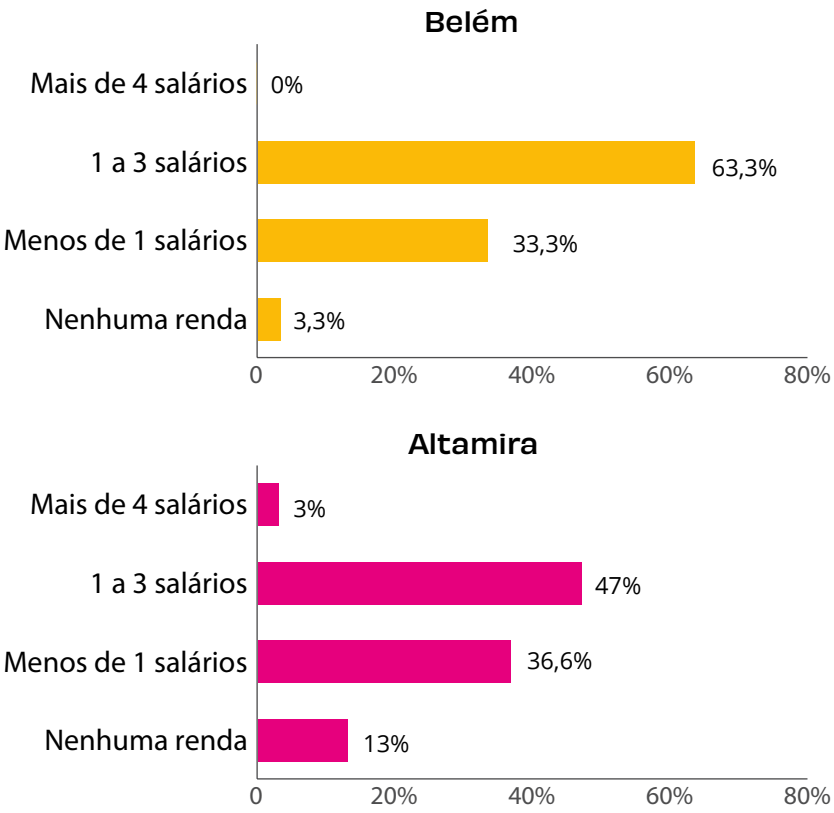
Interseccionalidade e acesso a serviços

A interseção destas identidades resulta em desafios significativos no acesso a serviços de proteção social. Os dados mostram que, embora serviços como CRAS, CAPS e CRAM existam, sua acessibilidade e efetividade são limitadas para mulheres que enfrentam múltiplas formas de discriminação. Em Belém, apenas 40% das mulheres negras e LGBTI+ relataram ter acesso adequado a serviços de proteção social, enquanto em Altamira, esse número foi ainda menor, com 35%.

Impacto da pobreza

A pobreza agrava ainda mais esses desafios. De acordo com a análise dos dados, as mulheres que vivem em condições econômicas precárias enfrentam maiores dificuldades para acessar serviços de saúde, educação e proteção social. Em Altamira, 80% das mulheres entrevistadas vivem em reassentamentos urbanos, onde a infraestrutura é inadequada e o acesso a serviços é limitado. A pobreza também exacerba as experiências de violência e discriminação, criando um ciclo difícil de quebrar.

Gráfico 7 - Valor da renda mensal



Elaborado pela Iniciativa Negra (2024).

A análise cruzada de gênero, raça e sexualidade na pesquisa revela um panorama complexo e preocupante de discriminação e exclusão, onde mulheres cis, trans e travestis, especialmente aquelas que são negras ou indígenas, enfrentam desafios múltiplos e interconectados. Para abordar essas questões de maneira eficaz, é necessário adotar uma abordagem interseccional nas políticas públicas e nos serviços de proteção social, garantindo que todas as mulheres, independentemente de sua identidade, tenham acesso igualitário a apoio e recursos. Isso inclui a implementação de programas específicos que atendam às necessidades únicas destas populações, promovendo a inclusão e a equidade em todas as esferas da sociedade.



RECOMENDAÇÕES
para políticas públicas

Elaboração de recomendações direcionadas aos órgãos governamentais e à sociedade civil para o aprimoramento das políticas públicas de proteção e promoção dos direitos das mulheres cis, trans e travestis no estado do Pará.

O contexto em que sobrevivem as mulheres cis, trans e travestis em Belém e Altamira revela a necessidade urgente de políticas públicas eficazes e inclusivas. A seguir estão recomendações para o desenvolvimento de tais políticas, focadas na proteção e promoção de direitos dessas mulheres, especialmente aquelas usuárias de drogas ou que sobrevivem em territórios afetados pela guerra às drogas.

1. Implementação de Políticas Interseccionais

Reconhecimento de Diversidade: As políticas públicas devem reconhecer e abordar as interseções entre gênero, raça, orientação sexual e condição socioeconômica.

Capacitação de Profissionais: Treinamento contínuo para profissionais de saúde, assistência social e segurança pública sobre questões de gênero, raça e sexualidade, com foco nas necessidades específicas de mulheres cis, trans e travestis usuárias de drogas e/ou que sobrevivem em regiões vulnerabilizadas pela guerra às drogas.

2. Acesso a Serviços de Saúde e Assistência Social

Serviços de Saúde Inclusivos: Garantir que os serviços de saúde sejam acessíveis e inclusivos para todas as mulheres, com particular atenção às necessidades de saúde mental e reprodutiva de mulheres usuárias de drogas e que sobrevivem em contextos vulnerabilizados na região amazônica.

Centros de Assistência Especializados: Estabelecimento de centros de assistência social especializados em acolher mulheres cis, trans e travestis usuárias de drogas, em programas de acompanhamento e suporte psicossocial.

3. Proteção contra a Violência

Fortalecimento de Redes de Proteção: Fortalecer as redes de proteção social (CRAS, CAPS, CRAM) com recursos adequados para atender às necessidades específicas dessas mulheres.

Programas de Prevenção à Violência: Implementar programas de prevenção à violência de gênero que incluam campanhas de sensibilização e apoio às vítimas de violência doméstica e de rua e usuárias de drogas.

4. Inclusão Econômica e Social

Programas de Emprego e Renda: Desenvolver programas de capacitação profissional e geração de emprego voltados para mulheres cis, trans e travestis, com foco na inclusão social e econômica de mulheres usuárias de drogas e que sobrevivem em territórios afetados pelo combate ao tráfico.

Apoio ao Empreendedorismo: Incentivar o empreendedorismo local com linhas de crédito especiais e suporte técnico para negócios liderados por mulheres cis, trans e travestis em situação de vulnerabilidade.

5. Direitos Humanos e Acesso à Justiça

Apoio Jurídico: Garantir acesso a serviços jurídicos gratuitos e especializados para mulheres que enfrentam discriminação e violência, facilitando a denúncia de crimes e a busca por justiça.

6. Políticas de Descriminalização

Trabalhar na descriminalização do uso de drogas e na criação de políticas de redução de danos, de maneira ampliada, atrelada a justiça social e a reparação, que tratem o uso de drogas como uma questão de saúde pública, não de criminalidade.

7. Mobilização Comunitária e Participação Social

Fortalecimento de Lideranças Locais: Promover a formação de lideranças comunitárias entre mulheres cis, trans e travestis, incentivando sua participação em conselhos e fóruns de políticas públicas.

Parcerias com ONGs e Movimentos Sociais: Estabelecer parcerias com organizações não governamentais e movimentos sociais que já atuam na defesa dos direitos dessas mulheres, potencializando ações e recursos.

8. Educação e Sensibilização

Programas Educacionais: Desenvolver programas educacionais que abordem questões de gênero, raça e sexualidade nas escolas, promovendo a inclusão e combatendo todos os tipos de discriminação a partir deste espaço.

Campanhas de Sensibilização: Realizar campanhas de sensibilização pública sobre os direitos das mulheres cis, trans e travestis, destacando suas contribuições para a sociedade e combatendo estigmas.

Recomendação final

Recomenda-se a ampliação da rede de serviços, especialmente em áreas de maior vulnerabilidade, e a realização de parcerias entre governos locais e organizações da sociedade civil para fortalecer a infraestrutura existente. Além disso, é essencial implementar programas de capacitação contínua para os profissionais de assistência social e saúde, garantindo que estejam preparados para lidar com as diversas demandas apresentadas pelas mulheres em situação de vulnerabilidade, sejam usuárias de drogas ou sobreviventes em territórios afetados pela guerra ao tráfico.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Cláudio. Milícias: mudanças na economia política do crime no Rio de Janeiro. In: Justiça Global (eds.), Segurança, Tráfico e Milícia no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2009.

ARBEX JUNIOR, José. Narcotráfico, um jogo de poder nas Américas. São Paulo: Moderna, 2005.

ARLACCHI, P. Mafia business: the mafia ethic and the Spirit of Capitalism. New York: Shocken Books, 1986.

BAGLEY, Bruce (Org.). Drug trafficking research in the Americas: an annotated bibliography. New York: Lynne Rienner Publisher, 1995.

CHAUÍ, M. Reforma do Ensino Superior e autonomia universitária. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 61, p. 118-126, 1999.

Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. Dossiê Vidas em Luta: criminalização e violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil (2018).

COUTO, Aiala Colares de Oliveira. Do poder das redes às redes do poder: necropoder e configurações territoriais do narcotráfico na metrópole de Belém-PA / Aiala Colares de Oliveira Couto; Orientador, Durbens Martins Nascimento. - 2017. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2017.

Do Global ao Local: A geografia do narcotráfico na periferia de Belém. Aiala Colares de O. Couto Mestre em Planejamento do Desenvolvimento Regional pela UFPA.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social São Paulo: Atlas, 1994.

GOMES JÚNIOR, S. F. et al. Integração de Métodos Multicritério na Busca da Sustentabilidade Agrícola para a Produção de Tomates no Município de São José de Ubá - RJ. Pesquisa Operacional, v. 31, n. 1, p. 157-171, 2011. http://dx.doi.org/10.1590/S0101-74382011000100010

MAGALHÃES, Sônia Barbosa; CUNHA, Manuela Carneira da (orgs). A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte: relatório da SBPC. São Paulo: SBPC, 2017.

MAGNO, Roberto. Ouro de Tolo - a região metropolitana de Belém em face

das dinâmicas territoriais do tráfico internacional de cocaína. UEPA - Universidade Estadual do Pará. Belém, 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/04/04/rotas-do-trafico-pela-amazonia-como-o-para-e-passagem-obrigatoria-da-cocaina-para-o-resto-do-brasil.ghtml

MENDES, F. J. C.; MIRANDA NETO, J. Q.; SOUZA, C. A. M. Lazer em reassentamentos urbanos coletivos: Práticas no RUC laranjeiras em Altamira-PA. Formação (Online), v. 28, n. 53, p. 783-808,2021.

MERCADO-MARTINEZ, F. J. O processo de análise qualitativa dos dados na investigação sobre serviços de saúde. Pesquisa qualitativa de serviços de saúde. Rio de Janeiro: Vozes, p. 137-174, 2004.

MORAIS, Vanessa Malheiro de. AS FRONTEIRAS CULTURAIS: UMA EXPERIÊNCIA DE CARTOGRAFIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL LOCAL, NO BAIRRO DA TERRA FIRME - BELÉM/PA. Disponível em: https://iberculturaviva.org/wp-content/uploads/2016/06/LibroDigital_Interactivo-153-173.pdf.

O Globo. Porque as mulheres são protagonistas no combate ao desmatamento e as mudanças climáticas. 24/11/2021. Disponível em: https://umsoplaneta.globo.com/opiniao/colunas-e-blogs/o-mundo-que-queremos/post/2021/11/por-que-asmulheres-sao-protagonistas-no-combate-ao-desmatamento-e-as-mudancas-climaticas.ghtml

OLIVEIRA, M. M. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis, Vozes, 2007.

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

PIOVESAN, A. Da necessidade das escolas de saúde pública elaborarem métodos simplificados de investigação social. S. Paulo, 1968. Tese de Doutorado - Faculdade de Saúde Pública da USP].

SOARES, Darismar Silva. A cidade desigual e a segregação planejada: O caso dos reassentamentos urbanos coletivos em Altamira / Darismar Silva Soares. — 2022. 165 f. : il. color. Orientador(a): Prof. Dr. José Queiroz de Miranda Neto Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2022.

SOARES, Darismar Silva. A cidade desigual e a segregação planejada: O caso dos reassentamentos urbanos coletivos em Altamira / Darismar Silva Soa-

res. — 2022. 165 f. : il. color. Orientador(a): Prof. Dr. José Queiroz de Miranda Neto Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós- Graduação em Geografia, Belém, 2022.

UNIC Rio, "Mulheres defensoras de direitos humanos devem ser protegidas, dizem relatores da ONU". Disponível em: https://unicrio.org.br/onubrasil/igualdade-de-genero/

VANTI, N. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. Ciência da Informação, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002.

VERGARA, S. C.; CARVALHO JUNIOR, D. Nacionalidade dos autores referenciados na literatura brasileira sobre organizações. In: ENCONTRO DA ANPAD, 19., 1995, João Pessoa. Anais.. Rio de Janeiro: Anpad, 1995. v. 6. Organizações, p. 169-188.



iniciativanegra.org.br
@iniciativa_negra
fb.com/iniciativanegra